



## Nota de Abertura

Breve balanço dos três anos de projeto-piloto de inovação pedagógica

Os projetos-piloto de inovação pedagógica (PPIP) foram regulamentados (Despacho n.º 3721/2017, de 3 de maio) em regime de experiência pedagógica, durante três anos escolares, e orientados para a adoção de medidas que, promovendo a qualidade das aprendizagens, permitissem uma efetiva eliminação do abandono e do insucesso escolar em todos os níveis de ensino.

Os PPIP, em resposta a convite da Direção-Geral da Educação (DGE), foram concebidos durante o ano escolar de 2016-2017, por agrupamentos de escolas, em articulação com esta Direção-Geral, tendo os projetos-piloto explicitado as medidas e estratégias a implementar, designadamente nos seguintes domínios:

- a) Diversificação e gestão curricular;
- b) Articulação curricular;
- c) Inovação pedagógica;
- d) Organização e funcionamento interno;
- e) Relacionamento com a comunidade.

Em agosto de 2016 foram identificados e desafiados seis agrupamentos de escolas a integrar o projeto: Agrupamento de Escolas do Freixo, Agrupamento de Escolas de Cristelo, Agrupamento de Escolas da Marinha Grande, Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva, Agrupamento de Escolas de Vila Nova da Barquinha e Agrupamento de Escolas da Boa-Água. Posteriormente, em dezembro de 2017, o Agrupamento de Escolas de Silves Sul iniciou o processo de integração da rede PPIP.

A conceção e implementação dos PPIP foi acompanhada em termos pedagógico-didáticos e organizacionais por um Grupo de Acompanhamento (GA) constituído por representantes da Direção-Geral da Educação, que coordena, da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar, da Inspeção-Geral da Educação e Ciência, da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional.

Cada agrupamento identificou um perito externo para trabalho de promoção da reflexão interna em torno do projeto.

Assim, ao longo do triênio 2016/2019 foi feito um acompanhamento de proximidade a estes agrupamentos, tendo sido realizado um conjunto de seminários de reflexão e de partilha de práticas, inicialmente em torno de práticas de gestão do currículo e, posteriormente, em torno de temáticas mais específicas como seja, por exemplo, a avaliação das aprendizagens dos alunos e a organização dos espaços de aprendizagem.

Tendo em conta que os projetos PPIP foram orientados para a adoção de medidas que, promovendo a qualidade das aprendizagens, permitiam uma efetiva eliminação do abandono e do insucesso escolar em todos os níveis de ensino, os Agrupamentos PPIP, depois de apresentarem os seus projetos formalmente ao GA em maio de 2017, reportaram um primeiro momento de balanço, em julho de 2018, e nele os principais problemas que identificaram e as medidas que desenharam e implementaram para os ultrapassar.

Genericamente os constrangimentos identificados podem ser tipificados da seguinte forma:

- Questões relacionadas com a falta de motivação de alunos e de docentes para a aprendizagem e para o ensino;
- Rigidez da organização das turmas e dos anos de escolaridade;
- Deficientes mecanismos de *feedback* imediato às aprendizagens dos alunos (necessidade de desenvolvimento profissional dos docentes na área da avaliação formativa);
- Necessidade de melhorar e de reconfigurar espaços de aprendizagem;
- Necessidade de melhorar mecanismos de desenvolvimento e articulação curricular;
- Necessidade de trabalhar a forma como o Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória pode ser desenvolvido no âmbito do currículo;
- Desequilíbrio de dias letivos entre os trimestres do ano escolar.

Há questões que são comuns a todos os Agrupamentos PPIP, como as acabadas de referir, sendo que outras decorrem do contexto e são específicas de cada Agrupamento, como por exemplo:

- Falta de trabalho colaborativo entre docentes e pouca interdisciplinaridade;
- Alheamento de alguns alunos em relação à oferta curricular geral e às práticas pedagógicas na sala de aula;
- Incipiente impacto da componente tecnológica no currículo; dificuldade em articular as diversas disciplinas em projeto; dificuldade em potenciar a biblioteca escolar como espaço de aprendizagem;
- Existência de demasiados documentos com informações importantes sobre o aluno o que torna difícil a consulta rápida. Necessidade de serem identificados os pontos fortes e dificuldades num só documento de fácil acesso a todos os professores.

Apresentam-se, de seguida, as principais medidas desenhadas pelos Agrupamentos para alcançarem os objetivos dos projetos e que atenderam aos problemas identificados.

Nestas medidas encontramos as que se relacionam:

*(i) diretamente com a gestão do currículo, como por exemplo:*

- Possibilidade de aglomerar disciplinas independentes criando outras mais abrangentes, garantindo o cumprimento das cargas horárias semanais previstas nos diferentes normativos que acompanharam os anos da experiência;
- Possibilidade de diferente organização da disciplina TIC;

*(ii) diretamente com a gestão administrativa (ainda que com impacto no desenvolvimento curricular), como por exemplo:*

- Semestralização do calendário escolar;
- Criação do Plano do Aluno;
- Reorganização dos alunos em grupos de trabalho, em vez de turmas de constituição fixa;
- Criação de equipas multidisciplinares nos 1.º e 2.º Ciclos e de equipas de docentes interciclos;
- Possibilidade dos Conselhos de Turma terem uma constituição permanente e outra alargada. A permanente com os 6 docentes das disciplinas anuais e o alargado no final do ano letivo com os docentes de Oficinas quando estes não são já professores da turma.

Foi vasta e detalhada a apresentação da forma como cada Agrupamento operacionalizou as medidas e vasta também a descrição dos resultados apresentados, face às metas estabelecidas e dos impactos das medidas na resolução dos problemas identificados e que impediam o pleno sucesso de todos os alunos.

A experiência piloto ao longo do primeiro ano letivo centrou-se na área da preparação e desenho dos projetos que foram depois sujeitos ao GA e em alguns casos mereceram aperfeiçoamento. O ano de implementação propriamente dito aconteceu em 2017/2018.

No final do primeiro ano de implementação, observavam-se projetos muito distintos. Se agrupamentos houve que optaram por ter projetos muito abrangentes, do ponto de vista do envolvimento de todos os alunos e comunidade educativa, outros houve que optaram por desenhar projetos mais específicos que tinham como público-alvo apenas alguns ciclos ou algumas turmas. Também os diferentes problemas de partida conduziram naturalmente ao desenho de diferentes medidas.

A análise do trabalho desenvolvido ao longo de 2017 e até 31 de julho de 2018 permite-nos destacar os seguintes domínios de inovação com efeitos positivos nas aprendizagens dos alunos:

A - Domínio de Inovação Pedagógica

- Apropriação e perceção de novas abordagens ao trabalho em sala de aula;
- Diversificação dos instrumentos de recolha de dados para a avaliação;
- Criação de tutorias em grupos heterogéneos para acompanhamento de proximidade;

Criação de projetos inter e transdisciplinares de suporte às aprendizagens e de critérios de avaliação por competências.

#### B - Domínio de Inovação Organizacional

Focalização na mudança para a melhoria (construção de um clima que suporte a mudança);

Semestralização com implicações em múltiplas dimensões do ensino e da aprendizagem (com especial enfoque nas questões da avaliação);

Trabalho colaborativo entre docentes e parcerias pedagógicas;

Trabalho de supervisão;

Escola aberta à Comunidade;

Construção de dispositivos de monitorização dos resultados.

#### C - Domínio de Inovação Curricular

Desenvolvimento de domínios de articulação curricular;

Criação de novos espaços de trabalho curricular (numa lógica de interdisciplinaridade);

Avaliação formativa mensal (por vezes associada a planos diários e/ou planos quinzenais, com percursos de aprendizagem).

Evidencia-se toda uma área de desenvolvimento profissional que suporta a mudança em curso nestes Agrupamentos. Destaca-se também o trabalho colaborativos entre as equipas pedagógicas dos respetivos Agrupamentos PPIP. O Papel dos peritos que acompanharam estes agrupamentos foi fundamental no apoio à análise dos resultados e à tomada de decisão na reformulação das medidas desenhadas. Em todos os Diretores destes Agrupamentos há uma especial preocupação com a construção de dispositivos de monitorização dos projetos.

Os desafios para vários destes Agrupamentos estão agora ao nível da necessidade que sentem em envolverem de forma mais sistemática os Encarregados de Educação e outros parceiros da Comunidade Educativa. Há apontamentos ainda para casos de mobilidade dos docentes que dificulta o trabalho continuado de capacitação que este projeto exige.

Um relatório de avaliação externa será publicado brevemente. Desta experiência e sua avaliação resultou evidência sobre como diferentes Comunidades Educativas enfrentaram desafios e constroem soluções tendo como meta o sucesso pleno de todos os alunos.

Esta experiência piloto contribuiu de forma determinante para a redação da Portaria n.º 181/2019 que define os termos e as condições em que as escolas, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular, podem implementar uma gestão superior a 25% das matrizes curriculares-base das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário.

Como referido na Portaria 181 de 2019, a experiência dos projetos-piloto de inovação pedagógica (PPIP) consolida o reconhecimento da capacidade das escolas na implementação de soluções inovadoras que permitem a eliminação do abandono e do insucesso escolar. Aproveitando este conhecimento, definem-se os termos e as condições em que as escolas, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular, podem conceber e desenvolver planos de

inovação adequados às necessidades e aos compromissos assumidos, apostando em respostas curriculares e pedagógicas específicas com vista ao sucesso e à inclusão de todos os alunos.

Concomitantemente, institui-se o procedimento de autorização de funcionamento dos planos de inovação, bem como o acompanhamento, monitorização e avaliação dos mesmos. Espera-se, deste modo, um alargamento de projetos de inovação pedagógica que de forma criativa e contextualizada encontrem respostas adequadas aos desafios das diferentes comunidades educativas.

*Maria João Horta*, Subdiretora-Geral da Educação